

ANEXO 1

Quadro sinótico dos Sistemas Nacionais utilizados e administrados no âmbito do TRT 10, em 2021, com gestão a cargo da SGJUD:

SISTEMA	OBJETO
AJ/JT	Sistema destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento dos profissionais nos casos dos processos que envolvam assistência judiciária gratuita.
BNDT-CNDT	Sistema que permite a expedição de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho, de forma eletrônica e gratuita, garantindo informações sobre pessoas físicas e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho.
CCS	Sistema que viabiliza o acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) do Banco Central do Brasil, o qual permite a obtenção de informações relativas à identificação das instituições financeiras com os quais correntistas mantêm relacionamento.
DEJT	Sistema instituído, por meio do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 15/2008, como órgão oficial de publicação e divulgação de matérias no âmbito da Justiça do Trabalho.
E-DOC	Sistema que possibilita acesso às partes, advogados e peritos à internet para a prática de atos processuais dependentes de petição escrita (processos que tramitam em meio físico).
E-GESTÃO	Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho.
E-REMESSA	Sistema disponibilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que permite o envio de dados cadastrais e das peças digitalizadas, por meio eletrônico, dos autos de agravos de instrumento ao Tribunal Superior do Trabalho.
INFOJUD	Sistema que permite acesso dos magistrados às informações cadastrais e econômico-fiscais das bases de dados da Secretaria da Receita Federal.
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe	Sistema de processo judicial eletrônico que permite a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores, e demais participantes da relação processual no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, em todos os ramos da Justiça.
RENAJUD	Sistema que permite a interligação do Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Possibilita a inserção e retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema Renavam, e tais informações são repassadas ao respectivo DETRAN de cada unidade da Federação.
SERASAJUD	Sistema que permite ao Tribunal o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas da SERASA, via Internet.
SIMBA	Sistema disponibilizado pelo CSJT que permite ao Juiz da execução promover o afastamento do sigilo bancário mediante ordem de quebra de sigilo, devidamente fundamentada.
SISBAJUD	Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário que permite, além do envio eletrônico de ordens de bloqueio e requisições de informações básicas de cadastro e saldo, requisitar informações detalhadas sobre extratos em conta corrente no formato esperado pelo sistema SIMBA do Ministério Público Federal, o que viabiliza aos juízes emitir ordens solicitando das instituições financeiras informações dos devedores. Podem ser bloqueados tanto valores em conta corrente, como ativos mobiliários como títulos de renda fixa e ações. O acesso ao sistema se dá via site do CNJ, Sistemas Nacionais.